

UMA IDEOLOGIA CHAMADA GRAMÁTICA TRADICIONAL

Victor Flávio Sampaio CALABRIA (UFC)¹

Tércia Montenegro LEMOS (UFC)²

RESUMO: A presente produção acadêmica tem por objetivo problematizar acerca do tema proposto e, baseada em discussões, entender as diferentes concepções de gramáticas, considerando a importância de suas diferenciações para o processo de aprendizagem. Com isso, pretendemos demonstrar a força de uma ideologia dentro de uma comunidade, sobretudo a ideologia linguística que segrega a ideia de “certo” ou “errado”, impulsionando uma atmosfera, dividida em falares prestigiados e naqueles depreciados socialmente. A fim de adotarmos um bom arcabouço teórico, fundamentamo-nos nas ideias de Bagno (2008) e Chauí (1984), com isso podemos inferir com maior propriedade o conceito de ideologia e relacioná-lo com a concepção de Gramática Tradicional (doravante GT), entendendo, assim, que ideologia não é subjetiva, mas é um fato e um fato social. O presente trabalho conta com uma metodologia que tem o intuito de organizar melhor as ideias a serem desenvolvidas. Tal produção é de cunho bibliográfico e, baseados nas concepções de teóricos como os já mencionados e, de posse de algumas gramáticas escolares, tais como: Bechara (2009), Cunha e Cintra (2009) e Almeida (2009); pretendemos corroborar a concepção de GT enquanto ideologia, relacionada a percepções pessoais e comportamentos quotidianos de falantes e utilitários da língua portuguesa. Com base em conversas informais e posicionamentos espontâneos, pretendemos observar a força desta ideologia, entendendo as suas consequências, dentre as quais, o aumento desmedido do preconceito linguístico. Acreditamos que tal produção seja de fundamental importância àquilo a que se presta.

PALAVRAS-CHAVE: Gramática tradicional; Ideologia; Preconceito linguístico.

1 Uma conversa interessante. Ilusão ou ideologia?

A ideia de escrever este artigo surgiu de uma conversa informal e bem interessante. Dois estudantes estavam dentro de um ônibus e conversavam sobre assuntos diversos, sobretudo a respeito de ensino, vida acadêmica, etc. Um dos estudantes cursava Letras, o outro ainda cursava o ensino médio, mas já aspirava a uma vida acadêmica e fazia várias perguntas a respeito desse estilo de vida, das vantagens e desvantagens. No decorrer da conversa, o aluno secundarista realizou o seguinte enunciado: “É só tu ir descendo pra baixo [...]”. Rapidamente o tal estudante policiou sua fala e disse: “Xi, tá errado o que eu disse, num é? Se descemos é pra baixo!” O estudante de Letras, subitamente, respondeu: “Dizer o que é errado ou correto em uma língua é muito mais complexo do que se imagina”. Em seguida, iniciou uma verdadeira viagem nos estudos sociolinguísticos, de forma didática e plausível, tentando explicar que o certo ou errado é uma imposição da Gramática Tradicional (doravante GT) e que o preconceito gerado pela má condução de seus ensinamentos tem razões de existência mais políticas e sociais que linguísticas.

¹ Graduando em Letras com habilitação em Português, em Italiano e em suas respectivas literaturas pela Universidade Federal do Ceará. Participantes do Grupo de Estudo em Sociolinguística (Sociolin-CNPq) e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). E-mail: vf_06@hotmail.com.

² Professora adjunta da Universidade Federal do Ceará, vinculada ao Departamento de Letras Vernáculas (DLV-UFC). E-mail: literatercia@hotmail.com.

Afirmações como aquela feita pelo estudante do ensino médio são corriqueiras e posturas tomadas como a do estudante de Letras são muito raras.

Essa pequena narração de uma conversa informal nos faz refletir sobre o papel da escola em nossa sociedade, sobretudo no que remete ao ensino de língua materna, em nosso caso, de português. Perguntamo-nos, então, por que matérias como a Física, a Biologia e a Matemática são, facilmente, entendidas como ciências e por que é tão difícil conceber o estudo de línguas maternas sob tal ótica? É válido ressaltar que o problema não parte da GT em si, visto que ela por si só não pode fazer muita coisa. O problema culmina na má condução de suas concepções, para ser mais direto, na não atualização de seus preceitos e normas. A GT, facilmente entendida como normativa, continua a ser imposta no meio escolástico com sua inicial função, que no seu início tinha sua razão de ser aplicável, mas que no momento presente, torna-se cada vez mais inconveniente e desinteressante, tanto é fato que passamos grande parte de nossa vida estudando-a na escola e nunca conseguimos “aprendê-la”. A colocação feita pelo personagem Pedrinho na obra *Emília no país da Gramática*, de Monteiro Lobato (1973), que dizia que o professor o obrigava a decorar uma porção de definições, é cada vez mais corriqueira entre os estudantes. De fato, decorar regras e exceções não é algo muito prazeroso e quando não se tem uma verdadeira necessidade delas, tendem-se a se tornarem ainda mais desinteressantes. O estudo das línguas, hoje e já há algum tempo, é algo científico e, com tal característica, não pode se adequar aos moldes de uma tradição normativa. Não postulamos aqui romper totalmente com a gramática normativa e o uso padrão, mas deveremos nos adequar a uma nova metodologia, ou seja, adequarmo-nos a uma nova didática, de modo a não continuar espalhando uma ideologia um tanto quanto preconceituosa, mas darmos ao ensino de língua materna um estatuto científico.

2 O que é ideologia?

Segundo Chauí (1984), o termo ideologia surge em 1801, no livro de Destutt de Tracy, intitulado *Eléments d'idéologie*. Tal obra tinha o escopo de elaborar uma ciência da gênese das ideias, tendo-as como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente.

Existem vários significados para ideologia e tão somente duas concepções: a crítica e a neutra. Para o senso comum, o termo em estudo pode ser entendido como sinônimo de ideário, no sentido neutro de conjuntos de ideias, concepções, doutrinas. Em uma concepção crítica, ideologia pode ser um instrumento de dominação que age por meio do convencimento, persuasão ou

dissuasão. Para usar as palavras de Thompson (2007), a ideologia age por meio de fenômenos simbólicos, que não usam a força.

No dicionário *Houaiss*, por exemplo, podemos verificar vários conceitos de ideologia a partir de diferentes abordagens. Para o filósofo francês Destutt de Tracy (*apud* CHAUI, 1984), trata-se de uma ciência que atribui a origem das ideias humanas às percepções sensoriais do mundo externo. Para o Marxismo, ideologia é a totalidade das formas de consciência social, daí temos a ideologia que legitima o poder da classe dominante e aquela que expressa os interesses revolucionários de uma classe dominada. Para Thompson (2007), segundo uma concepção crítica, e, baseado nas ideias de Marx, ideologia são as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Ao usar o termo “sentido”, o autor se refere aos fenômenos simbólicos em contraposição aos fenômenos materiais. Este mobiliza recursos físicos como a violência, a força; aquele mobiliza elementos da cognição como filmes, propagandas, textos. Esses fenômenos simbólicos funcionam como espécies de mensagens subliminares e, nas entrelinhas, transmitem ideias, concepções que sustentam e estabelecem relações de dominante e dominado, de um conceito que passa a ser tido como o coerente por mais que apresente equívocos. Em geral, podemos sustentar que ideologia é o conjunto de ideias e convicções tidas por um determinado indivíduo, ou grupo de indivíduos, que assumem determinadas posturas em qualquer que seja o segmento, a saber: religioso, político, econômico, etc.

A ideologia está presente em todas as etapas e setores de nossa vida. Se considerarmos a economia, o capitalismo, poderemos inferir inúmeras ideias e conceitos que a fazem existir, de forma natural, sem que haja alguma “revolta generalizada” por parte da população que termina se prejudicando com tal sistema. Entendamos a lógica. No que remete ao capitalismo, acontece algo que podemos denominar “coisificação”. De fato, tudo que participa desse sistema passa a ser entendido como uma coisa. O trabalhador passa a ser uma coisa, pois passa a se chamar força de trabalho. Este, por sua vez, recebe outro nome, que passa a ser salário. O produto trabalho passa a ser mercadoria. A mercadoria, então, passa a possuir um preço. Observemos como tudo se “coisifica”.

Segundo Chauí (1984), na medida em que o homem e os demais objetos se transformam em coisas, as coisas, de fato, produzidas e suas relações se humanizam e passam a ter relações sociais. Assim, os homens passam a ser suportes. Vejamos que, se o homem passa a ser o suporte ele não é mais aquele que está à frente de um processo, mas passa a ser, totalmente, dominado por tais elementos que se humanizaram e assumiram determinado e fundamental papel dentro da sociedade. Exemplificando: ao irmos a um banco, sacar dinheiro, deparamo-nos com uma máquina. Eu dependo daquela máquina para receber dinheiro, ou seja, se aquela máquina está fora

do ar, eu não recebo meu dinheiro, pois eu não a domino, mas sou dominado por ela. Assim funciona em todos os setores de nossa sociedade: o criador se torna refém de sua criação. Desta forma, como afirma Marx (*apud* CHAUI, 1984), o social vira coisa, e, a coisa vira social. Isso tudo para dizer que, se o homem não dá cabo a toda essa problemática e acaba conservando toda essa realidade: uma população dominada, outra dominante; um salário que não é pago (mais-valia), antagonismos sociais, é por que existe uma ideologia por trás de tudo isso.

Logo, presumimos que, se existe uma ideologia religiosa, política, econômica, não nos é difícil pensar em uma ideologia linguística, ou seja, aquela que está direcionando os assuntos referentes à linguagem, determinando os “bons” falantes e os “maus” falantes. Aquilo que é “certo” daquilo que é “errado”. Da mesma forma que existe uma ideologia tão forte no capitalismo que permite que o homem se aceite na condição de coisa, aceite que parte do seu trabalho seja destinado ao bolso que não é o dele, que permite a segregação de classes em dominados e dominantes, existe, também, uma ideologia que faz com que o falante do português brasileiro, em especial, acredite que seu falar é inferior, que ele não “sabe” português, que português é difícil, que seu falar é errado, que acaba fazendo surgir aquilo que Bagno (1999) — em seu livro *Preconceito Linguístico: o que é? Como se faz?* — denominou de mitos. E o nome dessa ideologia é Gramática Tradicional, não pelo compêndio em si, mas pela forma que vem sendo ensinada, ou pregada.

3 Conceitos de Gramática

Para entendermos melhor sobre GT como uma ideologia, é interessante conhecermos as diferentes acepções acerca de gramática. É comum ouvirmos pessoas falando sobre essa pequena palavra, porém muitas vezes a usam como um nome genérico, não sabendo as diversas acepções do termo.

Em geral, quando falamos em gramática, referimo-nos às gramáticas escolares e as definimos como: normativa, tradicional, escolar, etc. O que cada uma dessas definições vem nos mostrar? De acordo com Oliveira (2010), a palavra gramática é polissêmica, assim sendo, pode ser entendida à luz de diferentes contextos, cada um com particularidades que lhes são próprias. Ao escutarmos alguém dizendo: “Preciso comprar uma gramática” – temos aqui uma concepção de gramática (compêndio). Por outro lado se ouvirmos: “Nossa, amanhã teremos aula de gramática!” – aqui temos, então, outra noção de gramática (disciplina/conteúdo). Com isso, podemos observar várias concepções sobre esse vocábulo, assim, as ideias sobre gramática terminam se confundindo, gerando problemas metodológicos e didáticos. Entender a gramática como um livro, no qual estão

presentes regras de como a língua deve ser realizada segundo um padrão não chega a ser tão prejudicial, o problema é quando a nomenclatura gramatical passa a ser entendida como gramática e a aula de língua materna passa a ser uma mera repetição de normas e regras do “bem falar” e do “bem escrever”.

De acordo com Matelotta (2010), GT pode ser entendida como gramática escolar ou como gramática normativa. De fato, tais concepções se entrecruzam e causam prejuízo em seus entendimentos. Segundo Bagno (2008), é possível traçarmos várias diferenças entre Gramática Normativa (doravante GN) e GT. Ainda de acordo com Marcos Bagno, é possível associarmos a GT a uma ideologia, para tanto, essa se diferencia da ideia de GN.

Segundo Martelotta (idem), a GT não fornece ao estudioso da linguagem uma teoria adequada para descrever o funcionamento gramatical das línguas. Podemos facilmente corroborar a ideia do autor, uma vez que a linguagem simplesmente acontece, assim sendo, não existe e nem mesmo pode existir uma espécie de sinalização (legislação) da linguagem. Bem como um ser vivo se desenvolve naturalmente, assim também é a língua. No entanto, ainda é muito forte a influência grega nos moldes de nossas gramáticas estudantis. A GT se baseia, ainda, nos moldes gregos. De base filosófica, as gramáticas gregas apresentavam, em modo normativo, um modelo de língua ideal a ser copiado, a ser seguido pela população. Qualquer realização da fala que se diferenciava daquele modelo imposto era, rapidamente, malquista pela sociedade grega e, conseqüentemente, atacada. De tal modo, com o intuito de que as línguas vernáculas se aproximassem do latim, os romanos acabaram copiando esse modelo grego de imposição, de normatização. Óbvio que essa preocupação com a norma não surgiu do nada, tudo isso foi consequência do crescente império romano, daí a preocupação com a unidade linguística. Com isso, o modelo grego foi copiado pelos romanos e, assim sendo, quanto mais parecidas com o modelo latino fossem as línguas, melhores elas seriam.

Podemos elencar aqui vários conceitos relacionados ao nome gramática, cada um dos quais com suas aplicações próprias. No pensamento da população de modo geral, ao falarmos em gramática, as relacionamos com a disciplina escolar, com o livro; porém, se ampliarmos nosso conhecimento, poderemos encontrar um enorme arcabouço de conceitos relacionados a essa palavra, a saber: GT, GN, gramática histórico-comparativa, gramática estrutural, gramática gerativa, gramática cognitivo-funcional e tantas outras, porém essas já nos bastam. Cada uma dessas gramáticas é estudada e entendida de formas diferentes, cada uma com suas aplicações e definições. Portanto, o que causa problema em nosso ensino de modo geral é a confusão terminológica entre gramática enquanto livro; gramática enquanto disciplina - aqui confundida com nomenclatura gramatical.

Muitos são aqueles que relacionam a ideia de gramática como sendo um livro. Segundo Oliveira (idem), isso não é mais um problema. De fato, isso não acarreta problemas ao ensino. Porém, equiparar a gramática, unicamente, ao estudo de estruturas gramaticais é reduzi-la a apenas a uma dimensão. São três as dimensões da gramática: estrutural, semântica e pragmática. Se eu passo a estudá-la apenas sob uma perspectiva de análise de estruturas frasais, eu reduzo o aprendizado a uma dimensão – a estrutural. Numa perspectiva de ensino de língua materna, há de se entender que os alunos conhecem a sua língua e têm potencial comunicativo ao usá-la, na verdade, o aluno precisa entender como usar essa língua em diferentes contextos de usos, daí a necessidade de conhecer a norma padrão, mas lógico, sem depreciar as demais realizações, também realizáveis por essa mesma língua. A escola tem o papel de mostrar ao aluno as diferentes formas de uso da língua, mas mostrá-las de forma depreciativa, como realizações da linguagem que não devem existir de forma alguma, é defender a ideia de um padrão linguístico que deve ser seguido em detrimento de todo um arsenal linguístico existente. Lembremo-nos de que dentro do português não padrão existe uma lógica de funcionamento e fenômenos que hoje já podem ser facilmente explicados. Assim, da forma como relatamos, uma ideologia linguística vem vencendo gerações e sendo, muitas vezes, arma de segregação. A alma dessa força é a forma como a GT vem sendo ensinada.

4 Gramática Tradicional: uma ideologia

É comum vermos comentários do tipo: “Fulano não sabe falar!”, ou ainda: “Nossa, Beltrano estuda Letras e fala errado daquele jeito.” Estes e outros comentários são corriqueiros em nosso dia a dia. Isso se dá por conta de uma força ideológica que nos faz pensar que agir desta forma é o correto. Na verdade, como dito na seção anterior, trata-se de uma tradição grega que foi passada a uma tradição romana e que ainda é forte em nosso cotidiano. A ideia a ser defendida é aquela de que existe um padrão linguístico a ser copiado, a ser ensinado e as pessoas que se utilizam desse padrão são pessoas instruídas e, portanto, modelo a ser seguido. Essa ideia acaba fazendo com que vários posicionamentos preconceituosos existam, proporcionando uma segregação.

Bagno (2008) denomina a GT de alma (*Mundus Intelligibilis*), ou seja, metafísica. Diz ainda que a GT não tem autor e que instrumentaliza um discurso político, o que consubstancia uma ideologia. É fato que não devemos construir argumentos contra a GT em si, mas sim contra as pessoas que constroem argumentos, pautados em ensinamentos de outrora, cada um dos quais aplicados a momentos históricos diferenciados. Assim, tais seguidores, acabam apregoando

dogmas irrefutáveis e o conhecimento sobre a linguagem deixa de ser algo científico e interessante, para ser algo inviolável e desinteressante. Sabemos que uma verdade inviolável não pode ser entendida como ciência, pois esta é passível de comprovações, experimentos e questionamentos. Sendo assim, o ensino de língua materna, desta forma, continua a ser uma constatação atenta de um manual de “leis” que devem ser seguidas, ou seja, temos aqui uma doutrina a ser seguida e doutrina não é ciência. Segundo Pignatari (*apud* BAGNO, 2008), a GT, como toda ideologia, pressupõe a verdade apriorística, tal discurso é sempre justificativo e nunca investigativo.

Considerando as principais disciplinas ensinadas no ensino médio, por exemplo, a língua portuguesa é aquela que não consegue ser encarada como uma ciência, a ciência da linguagem, isso se dá por conta da GT, que acaba sendo um empecilho à ciência, de modo que para os alunos não interessa mais saber o porquê de algum fenômeno, pois da forma que lhes é passado já é demasiado normativa, assim sendo, o espírito questionador e investigativo do aluno acaba sendo colocado em segundo plano. Outra característica do discurso ideológico é que ele é preso ao passado, portanto, sem interesse algum em progredir. Aqueles que levantam a bandeira da GT, presa ao passado, presa a vieses já ultrapassados, são aqueles que são levados ao comodismo, sem interesse algum de despertar o senso crítico de seus alunos.

A GT pode ser vista também como um instrumento de legitimação da classe dominante. A ideologia dominante trabalha de mãos dadas com a ideologia linguística, uma vez que o dominador se utiliza de um discurso polido, padrão, de forma a ser ovacionado pela população. A fala também, nesse circuito passa a ser símbolo de poder – fala bem aquele melhor instruído, educado, com melhores condições de vida, etc. Ainda aqui é válido ressaltar que a ciência moderna, no ato de sua evolução, rompeu com a tradição aristotélica. Claro, sem desmerecer seus grandes feitos. Porém, a GT de forma alguma rompeu com a tradição e as gramáticas escolares, conforme veremos na seção próxima, fazem questão de informar que a estrutura base das gramáticas ainda está de acordo com a tradição. Isso, de fato, prefigura um atraso no ensino de língua materna. A presença dessa ideologia linguística faz com que se crie, como defendido por Bagno (1999), um círculo vicioso do preconceito linguístico, pois a ideologia passa a sê-la, de fato, quando as ideias, por mais que ridículas e mentirosas, passam a ser vistas como verdades absolutas e incontestáveis, como opinião de todo um grupo, como uma visão de mundo.

Contudo, língua é a construção de uma identidade, mas agora perguntamo-nos: qual identidade se planeja construir? Será que com posicionamentos preconceituosos e com uma ideologia que faz com que brasileiros digam “não saber” falar seu idioma se conseguirá construir uma identidade, a dizer, brasileira? Ou o intuito é criar uma identidade separada da real? E a

língua que falamos é a mesma daquela falada em Portugal? São certos questionamentos que fazemos, pois a ideologia linguística nos força a isso. É por isso que gramática é a disciplina que ninguém “aprende”. Se nós estudamos por tantos anos essa disciplina e não conseguimos entendê-la, algo está errado e, sendo assim, algo há tempos deve mudar.

5 Metodologia

Com o intuito de verificarmos de forma ainda mais concreta a ideologia aqui denominada Gramática Tradicional, verificamos o prefácio de três gramáticas, utilizadas no âmbito escolar e acadêmico, a fim de vermos os objetivos de seus respectivos autores. O intuito aqui não é o de, a partir das gramáticas, corroborar a ideia de que a GT é uma ideologia, mas tão somente confirmá-la como tal, apontando o fato de autores das diferentes GN ainda estarem presos a esta famigerada tradição.

De posse das três gramáticas — *Moderna Gramática Portuguesa* (doravante G1), de Evanildo Bechara; *Nova gramática do português contemporânea* (doravante G2), de Celso Cunha e Luís Cintra; e *Gramática da língua portuguesa para concursos, vestibulares, Enem, colégios técnicos e militares* (doravante G3), de Nilson Teixeira — verificaremos a força da tradição grega, passada à romana, que, apesar do longo período histórico, ainda é forte e presente nas escolas e nas atuais gramáticas.

Em seguida, pretendemos expor as percepções tidas com base nos prefácios, construindo comentários relacionados àquilo que pretendemos defender.

6 Análise dos prefácios das gramáticas

De posse dos materiais analisados, chegamos às seguintes observações:

A) G1

O prefácio da 37ª edição (1999) da gramática em análise traz uma visão bem aberta e acadêmica, relacionada ao universo linguístico. O autor faz menção aos grandes nomes da linguística e dedica a produção a Eugenio Coseriu e Mattoso Câmara Jr. O autor diz estar ciente das críticas e sugestões apresentadas, bem como atento às produções acadêmicas na área linguística. Enquadra a gramática a uma orientação normativa. Bechara ainda defende que a moderna gramática alia a preocupação de uma científica descrição sincrônica a uma visão sadia da gramática normativa. Diz ainda que a gramática em questão se libertou do antigo “magister dixit” – uma verdade inviolável. O autor reitera o elo lusofônico e afirma que ainda há muito por fazer.

O prefácio da 1.^a edição (1961) da gramática mostra o primeiro passo para uma mudança instaurada pelo autor. Fica bem claro, no prefácio, quando o autor diz romper com uma tradição que já não valia muito dar continuidade, por sua visão não atualizada, porém o autor deixa claro que não está rompendo com uma tradição secular, isso fica demonstrado na forma como os conteúdos são apresentados, ou seja, conforme o modelo clássico. O autor ressalta a inclusão de uma análise literária e estilística. O autor ainda cita as importantes contribuições de linguistas norte americanos, sobretudo no tocante à morfologia. Declara ainda está de acordo com a NGB, porém não em sua totalidade, pois a NGB não havia tratado de temas por ele ventilados.

B) G2

O prefácio da edição fala sobre o empenho dos autores na idealização da gramática, bem como a necessidade de apresentar aos estudantes e professores um modelo gramatical que correspondesse ao português atual. Segundo o prefácio, a gramática trata-se de uma tentativa de descrição do português atual na sua forma culta, ou seja, da língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo à contemporaneidade. Ressaltam os autores que não descuidaram dos fatos da linguagem coloquial. A gramática visa mostrar a superior unidade da língua portuguesa dentro de sua natural diversidade. Faz uma introdução à estilística, tendo em vista a valorização dos meios expressivos da linguagem.

C) G3

O prefácio da nona edição da presente gramática não foi escrito pelo autor, daí a necessidade que encontramos de, além de analisarmos o prefácio, também termos tido a necessidade de analisar a apresentação da obra, essa sim, feita pelo autor. O autor do prefácio, Reinaldo Polito, declara que o autor da referida obra soube bem se utilizar dos textos mais importantes da língua. Nessa afirmação, Reinaldo Polito cita desde os clássicos até os autores mais contemporâneos. Diz ainda que Nilson Teixeira proporciona um perfeito equilíbrio entre a correção do idioma e o prazer da leitura. Aqui, colocamos em ênfase a palavra “correção” – atribuindo, então, um caráter normativo, que é a que, de fato, destinam-se tais gramáticas. O prefácio ainda faz menção ao uso linguístico dos alunos, afirma que estes muitas vezes se inibem, têm medo de falar. É o que podemos verificar no trecho: “alguns alunos do nosso curso de expressão verbal, por não dominarem bem esses conceitos, truncam as frases, sentem-se inibidos e se retraem [...]” (ALMEIDA, 2009 p. x). De fato, essa é a consequência do ensino normativo, os

alunos se tornam reféns do seu próprio falar, por medo de repressões ou por se sentirem depreciados.

A parte destinada à apresentação da obra, esta feita pelo autor, não disse muito sobre a orientação tomada pela gramática, porém por seu caráter de produção (destina-se ao público que deseja realizar concursos, vestibulares, etc.) é uma gramática acentuadamente normativa, com explanações rápidas e diretas sobre eventos gramaticais, de modo a não levar o aluno a refletir a língua, mas tão somente guardar formas e regras com o escopo de passar em alguma seleção.

Podemos verificar, com base nas colocações acima, que apesar de os autores se interessarem em adequar o estudo de língua materna aos mais novos meios e contribuições da Linguística, eles ainda não conseguem se desvincular, no geral, da tradição grega conforme ressaltamos no início deste artigo. Isso corrobora a força dessa ideologia conforme viemos defendendo ao longo do trabalho.

7 Considerações finais

Em sua obra, já mencionada nesta produção, Marcos Bagno afirma, por inúmeras vezes, que é falso acreditar que o sol gira em torno da Terra e não o contrário. De fato é uma informação incorreta, porém, como o próprio linguista fala, não é absurdo. Da mesma forma não é absurdo acreditar que existe somente uma língua boa, bonita e correta. Tal comparação foi feita por Bagno (2008) e é sempre válido repeti-la, pois é nesta analogia que podemos observar a força de uma ideologia. É necessário ainda que reiteremos a ideia de que o sucesso de uma ideologia se dá quando as crenças que ela veicula se tornam a opinião comum, de tal forma que as pessoas passam a não enxergá-la como algo negativo, mas como algo que faz parte daquilo que podemos julgar normal, certo, adequado.

Entendermos a língua como um fato social, como objeto cultural, é conhecermos e aceitarmos as mudanças que o processo de variação diatópico, diamésico, diacrônico, dentre outros, provocam na estrutura dessa língua em qualquer que seja o plano, desde o fonológico até o mais elevado no nível da linguagem. Para que isso aconteça de forma plena, é necessária uma readequação do ensino e dos valores da sociedade. É necessário que diferenciemos o que é “normal”, daquilo que é “normativo” e passemos a entender as distintas realidades de manifestação da linguagem. Portanto, devemos romper com certos paradigmas e desestruturar certas ideologias que impedem a evolução de uma sociedade menos segregada.

O presente artigo é um convite ao debate e um alerta para que possamos abrir os olhos, entendendo que o preconceito linguístico é sim uma forma de preconceito e como tal deve ser combatida e extinta.

Acreditamos, portanto, que o presente trabalho conseguiu alcançar seus iniciais objetivos, apresentando relatos pessoais, baseados em teóricos da linguística e da sociologia, bem como com a explanação dos conteúdos presentes nos prefácios das gramáticas analisadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Nilson Teixeira de. **Gramática da língua portuguesa para concursos, vestibulares, Enem, colégios técnicos e militares**. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

BAGNO, Marcos. **Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social**. 4ed. SP: Edições Loyola, 2008.

_____. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Loyola, 1999.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev. e ampl. Conforme o novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2009.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. 15. ed. SP: Brasiliense, 1984.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luis F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. SP: Lexikon, 2009.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução (em português)**. São Paulo: Unesp, 1997.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 3.0**. Rio de Janeiro: Objetiva Ltda, 2009.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. (org.). **Manual de Linguística**. 1. ed. 3ª reimpressão. SP: Contexto, 2010.

LOBATO, Monteiro. **Emília no país da gramática**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.